

Escola católica: uma escola em pastoral!

Catholic School: A Pastoral in school!

*Sérgio Rogério Azevedo Junqueira**
*Valéria Andrade Leal***

Resumo: Este texto é o resultado de uma pesquisa qualitativa exploratória e documental visando estabelecer referenciais para a compreensão de uma escola em pastoral. Para tal optou-se por fazer a memória da presença da educação confessional na educação brasileira. Posteriormente, a partir dos documentos eclesiais, propôs-se a compreensão da identidade e concepções para finalmente estabelecer os argumentos para a proposição de uma escola em pastoral, um espaço de evangelização.

Palavras-chave: Educação; Educação Confessional. Evangelização.

Abstract: This text is the result of an exploratory and documental qualitative research to establish benchmarks for understanding a pastoral in school. To this end we opted for a route to the memory of the presence of denominational education in Brazilian education later from Church documents propose the understanding of identity

* Livre-docente e Pós-Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutor e Mestre em Ciências da Educação pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Religião. E-mail: srjunq@gmail.com.

** Mestra em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Assessora de Pastoral Escolar do Sagrado – Rede de Educação (Região Sul). E-mail: vandradeleal@yahoo.com.br.

and ideas to finally establish the arguments for the proposition of a pastoral in school, evangelization space.

Keywords: Education; Denominational Education. Evangelization

O Grupo de Pesquisa Educação e Religião, desde 2001, organizou uma série de projetos visando compreender e articular os pressupostos da educação escolar realizada nos espaços confessionais no cenário brasileiro. Inicialmente os estudos permitiram estabelecer os referenciais para indicar os pressupostos e organização da Pastoral Escolar. Este projeto proporcionou a publicação de duas obras: Pastoral Escolar: conquistas e uma identidade (Vozes, 2002) e Pastoral Escolar: práticas e provocações (Aparecida, 2015). A partir destes estudos, o grupo prosseguiu ampliando as parcerias com outros pesquisadores para compor um referencial teológico de educação, do qual surgiram três publicações: Teologia e Educação: educar para a caridade e solidariedade (Paulinas, 2012), Pedagogia Libertadora de Jesus (Fonte Editorial, 2014) e Dicionário do Concílio Vaticano II – Verbetes de Educação (Paulus, 2015). Finalmente, com a perspectiva de compreender como as escolas católicas estão dialogando com o ensino religioso e a pluralidade, editaram-se duas obras: Sociedade, Cultura e Comunidade: educar para o diálogo intercultural (CRV, 2015) e Global perspectives on Catholic Religious Education in Schools (Springer, 2015). Sintetizando este processo, este texto é o resultado de uma pesquisa qualitativa exploratória e documental, visando apresentar alguns referenciais para a compreensão de uma escola em pastoral. Para tal, optou-se por um percurso histórico para fazer memória da presença da educação confessional na educação brasileira e que culminou no panorama atual. Posteriormente, a partir dos documentos eclesiais, propõe-se a compreensão da identidade e concepções para, finalmente, instaurar os argumentos para a proposição de uma escola em pastoral, um espaço de evangelização.

Levantamento histórico

Identificar as raízes históricas da educação confessional no Brasil, exige transitar na própria história da educação no Brasil, pois o início da educação brasileira estava inserido em um contexto confessional, seja católico ou protestante. Isso se deve pela própria construção do País desde a sua descoberta e colonização, até sua emancipação como império e mais tarde como república, pois sempre esteve sob a influência da religião cristã.

Em um primeiro período, sob o domínio português, da chegada destes europeus em 1500, até autonomia política do país em 1822, conta-se 322 anos em que a Igreja Católica foi introduzida nesta vasta região das Américas, o que ocorreu juntamente com as primeiras incursões dos navegadores portugueses. A expansão católica era consequência do Regime de Padroado, selado algumas décadas entre o papado e a coroa portuguesa. Em 1º de fevereiro de 1549, quase cinquenta anos após o descobrimento, foram enviados para o Brasil seis jesuítas (quatro padres e dois irmãos) cujos nomes eram: Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Leonardo Nunes, Vicente Pires, e os irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Esses religiosos pertenciam à Companhia de Jesus que fora criada por Ignácio de Loyola, em 1534, e que tinha o objetivo de defender a ortodoxia católica das heresias protestantes, que se espalhavam em solo europeu.

Os jesuítas chegaram ao Brasil dispostos a cumprir uma tríplice missão: a catequização dos índios, a formação básica para os filhos dos colonos que aqui chegavam; e manter todos afastados da influência protestante, que começava a se alastrar por outras colônias deste continente. A melhor forma para cumprir as tarefas era através da educação. Para esse fim, a pedagogia dos jesuítas caracterizou-se pela ênfase à autoridade, pela transmissão disciplinada de uma cultura literária, retórica, enciclopédica e mnemônica que nem sempre promovia a criatividade e a atividade inovadora.

O segundo período da educação confessional é marcado pela expulsão dos jesuítas, que ocorre no ano de 1759, duzentos anos após chegarem pela primeira vez no Brasil, por ordem de Marques de Pombal, então 1º ministro de Portugal. A retirada dos jesuítas do Brasil foi uma estratégia de Pombal, que fora influenciado pelas ideias iluministas que formularam a mudança do sistema feudal europeu para o sistema capitalista, e que estavam tomando corpo não somente na Europa, mas nas colônias inglesas da África e Ásia. Para ele, a reforma tinha que começar com os educadores e pensadores, logo, a educação tinha que deixar de ser religiosa e passar a ser uma educação leiga, longe da fé, pautada na razão, premissa do movimento capitalista do século XVIII. Conquanto as ideias de Pombal não dessem certo em território brasileiro, foram suficientes para desestruturar o que estava acontecendo até então, por influência da educação jesuítica. Sem os jesuítas e sem outra base educacional, o Brasil passa por um período de quase cinquenta anos (1763 a 1810) no qual a educação de forma geral esteve sem uma padronização formal, sendo assim de grande perda para o País. Neste período, a influência de alguns líderes religiosos que ficaram em solo brasileiro contribuiu para que a educação confessional não desaparecesse, embora ocorresse de forma não oficial, sendo ministrada nas fazendas e colônias. A partir de 1779, após o término da influência pombalina na corte portuguesa, retornam aos poucos, as ordens religiosas católicas, compostas agora não somente de jesuítas, mas dominicanos e franciscanos, que retomam a educação confessional.

Com a chegada da família real em 1808, inicia-se um novo período para a educação no Brasil e também para a educação confessional. Em 1810, é assinado um tratado de livre comércio entre Portugal e Inglaterra, razão pela qual imigrantes ingleses começaram a fixar residência em solo brasileiro. Como os ingleses não eram católicos, surgiu a necessidade de praticarem a fé cristã protestante, apesar de a religião oficial do País ser católica.

A partir do estabelecimento do Brasil como Império autônomo e com a homologação de sua constituição em 1824, o país consolidou sua opção religiosa no artigo 5º aponta: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico e particular, em casas para isso destinadas, sem forma exterior de Templo” (Constituição do Imperador do Brasil, 1824, Artigo 5º).

Alguns anos mais tarde, por uma série de fatores favoráveis ao Brasil, entre eles as pestes epidêmicas que devastavam a Europa, interesses norte americanos, e as dificuldades em se conseguir mão de obra escrava que pudesse trabalhar nas lavouras das fazendas e na extração de minérios, o País recebe um grande contingente de imigrantes, que não eram católicos em sua essência religiosa (MESQUIDA, 1994).

O próprio império tinha interesse na vinda do imigrante, como forma de ajuda ao desenvolvimento do País, pois o interesse do Imperador levou o Brasil a ver o imigrante não como um intruso e invasor, mas como alguém que poderia contribuir para o desenvolvimento nacional. O governo brasileiro atraiu os imigrantes europeus e norte-americanos, oferecendo-lhes diversas vantagens em dinheiro e em espécie. O Governo os acolhia e lhes oferecia garantias de liberdade religiosa com o direito de professarem as formas de cultos que lhes conviessem, sem, contudo, terem as casas de reunião qualquer aparência de templo.

Embora o maior contingente de imigrantes tenha vindo da Europa para o Brasil, vale destacar a procura pelo Brasil por imigrantes americanos que, ouviram falar do Brasil e das vantagens que o imperador dava a quem soubesse plantar algodão. O Imperador Dom Pedro II, viu a oportunidade de o Brasil entrar no mercado e incentivou a vinda de plantadores de algodão dos estados sulistas norte-americanos para o Brasil. Neste contexto, aconteceram dois tipos de protestantismo: o de imigração e o missionário. Entender esses dois

tipos de protestantismo é de suma importância para a compreensão da influência dos evangélicos no processo de escolarização do País. O protestantismo de imigração surge com famílias e grupos vindos da Europa e Estados Unidos com o intuito de reconstruir suas vidas e fixar residência no novo País. A preocupação desses imigrantes era a preservação da cultura e da fé. Por isso, foram criadas escolas, não oficiais, para atenderem a necessidade de preservação de seus costumes e doutrinas. As crianças eram alfabetizadas e ensinadas através da leitura da Bíblia, em sua língua materna, para manter as tradições. O protestantismo missionário tinha o mesmo objetivo do catolicismo: a evangelização dos brasileiros. A dinâmica do protestantismo missionário se constitui na preocupação de evangelização daqueles que não pertencem à sua denominação e fé. Chegaram ao Brasil em meados do século XIX, missionários norte-americanos trazendo consigo diversas denominações do protestantismo histórico aqui existente: os presbiterianos (1868), os metodistas episcopais (1870), os batistas (1881), e os episcopais/anglicanos (1889). No decorrer de 1860 até 1889, a abertura às diversas denominações religiosas propiciou modificações no panorama tanto da instrução escolar quanto da abertura de novas igrejas.

Porém, com a proclamação da República em 1889, houve o interesse de se aniquilar todo o pensamento imperialista, predominante até então. No discurso do novo regime político, em 1889, era preciso, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, construir uma nação pautada em valores que mostrassem estar em definitivo sintonizado com as mudanças que o mundo moderno apresentava. O movimento republicano deu à educação do povo um peso que não tinha possuído até então, já que para os republicanos a democracia se realizaria e se desenvolveria via educação popular. A educação do povo era o meio de se conseguir a liberdade. Com esses ideais de liberdade, a educação deixa de ser oficialmente católica e passa assumir um caráter leigo, conforme

expresso no artigo 72, parágrafo 6º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891: “será leigo o ensino ministrados nos estabelecimentos públicos”.

Identidade e concepção

Ao longo da república a educação confessional com a presença de diferentes congregações religiosas, no espaço católico, e de algumas igrejas protestantes, expandiram nas diferentes unidades federativas do país. Mas é somente a partir do artigo 20 da Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, que o conceito destas instituições foi oficialmente explicitado. A lei, considera as escolas confessionais como sendo instituídas por grupos de pessoas físicas, ou por uma ou mais pessoas jurídicas, que atendem a orientação confessional e ideologia específicas. A educação confessional pressupõe um credo e uma religião. Como o nome já indica, uma confissão é um conjunto de conceitos e valores declarados como expressão da verdade. Uma instituição confessional é aquela que adota uma confissão explícita no desempenho de suas atividades.

Especificamente, a compreensão da Escola Confessional Católica nasce com a pretensão de ser parte da missão da Igreja, que é evangelizar, mas tendo em conta a a formação integral do ser humano. Assim, a educação é entendido como campo de atuação da Igreja e a escola campo de atuação e lugar de evangelização.

A escola católica caracteriza-se por ser uma escola para a pessoa e das pessoas. ‘A pessoa de cada um, com as suas necessidades materiais e espirituais, é central na mensagem de Jesus: por isso a promoção humana é fim da escola católica’. [...] Esta consciência manifesta a centralidade da pessoa no projeto educacional da escola católica, reforça o seu empenhamento educativo e torna-a apta a educar personalidades fortes (A Escola Católica no limiar do Terceiro Milênio, n. 9).

[...] A presença da Igreja no setor escolar manifesta-se com especial evidência através da escola católica. Não menos que as demais escolas, esta visa os fins culturais e a formação humana dos jovens. É, porém, característica sua criar uma atmosfera de comunidade escolar animada pelo espírito evangélico da liberdade e da caridade, auxiliar os adolescentes a que no desdobramento da personalidade também cresçam segundo a nova criatura que se tornaram pelo batismo [...] (*Gravissimum Educationis*, n. 8).

Tal compreensão, é fruto, sobretudo, do Concílio Vaticano II. Com o novo entendimento da relação entre a Igreja e a sociedade, surge também uma nova forma da escola católica interagir com o conhecimento, com a sociedade, além de uma nova compreensão de sua missão. Deixou de ser restrita e assumiu de fato uma perspectiva católica, no sentido próprio do termo, isto é, aberta a todos que a escolham, conhecendo o caráter específico de seu projeto educativo (Medellín, nn. 2 e 26.).

No Código do Direito Canônico, fruto das reflexões conciliares, a educação

[...] deve promover a formação integral da pessoa humana, em vista de seu fim último e, ao mesmo tempo, do bem comum da sociedade, as crianças e jovens sejam educados de tal modo que possam desenvolver harmoniosamente seus dotes físicos, morais e intelectuais, adquirir senso de responsabilidade mais perfeito e correto uso da liberdade, e sejam formados para uma participação ativa na vida social (Cân. 795).

Está sujeita à autoridade da Igreja a formação religiosa católica que se ministra em quaisquer escolas, ou que se promove pelos diversos meios de comunicação social; compete à Conferência dos Bispos traçarem normas gerais nesse campo de ação, e ao Bispo diocesano compete organizá-lo e supervisioná-lo (Cân. 804).

Todas essas orientações e normatizações do Código de Direito Canônico favorecem a compreensão da função evangelizadora de uma Escola Católica, que caracteriza-se como instituição social e

responsável pelo processo contínuo de socialização, como o lugar por excelência para formar o ser humano (VIESSER, 1985).

Para bem desenvolver sua missão, o processo evangelizador na Escola Católica deve ser parte de todo o processo pedagógico. Pois, não é possível propor uma evangelização que seja incoerente com a dinamicidade do processo de ensino-aprendizagem e com o ambiente que se vive na instituição. Por isso, um primeiro aspecto a ser considerado é a consciência do espaço onde acontece este tipo de evangelização. A escola necessita de uma identidade, explicitada no discurso e na prática. Um segundo aspecto é que esta escola, por ser confessional, tem uma proposta maior: faz parte da Igreja, que se propõe anunciar uma mensagem – Jesus, o Ressuscitado. Cabe-lhe, portanto, estar em comunhão com a Igreja Católica Romana, assumindo e defendendo seus valores e crenças.

Com a Declaração *Gravissimum Educationis*, a educação entra em debate nos diversos âmbitos eclesiais e encontra lugar na II Conferência Episcopal Latino Americana, na cidade de Medellín. O texto que esta produziu, ao referir-se à educação, apresenta as seguintes características: uma educação que transforma o estudante em sujeito de seu próprio desenvolvimento; que não seja apenas catequética, mas que considere o ser humano integral; criativa, porquanto deseja antecipar o novo tipo de sociedade que se procura na América latina; para uma escola aberta ao diálogo e acessível aos setores mais amplos da sociedade (democratização); educação crítica, sistemática e assistemática, a serviço da comunidade local e nacional; uma educação que integra as particularidades nacionais no contexto mais amplo do Continente e do mundo; enfim, uma educação, na comunidade educativa (ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS CATÓLICAS, 1978, 2).

Na perspectiva da III Conferência, em Puebla, aprofundando a questão da educação já refletida em Medellín, entende-se que educar não é transmitir aos outros a forma de ser humano, é, ao contrário, o esforço de cada um para fazer-se humano. O ser humano se educa;

o educando é sujeito de seu próprio desenvolvimento. Cada pessoa é agente de seu crescimento e por ele responsável. Igualmente, em Puebla, se insistiu em que o ser humano é também sujeito do desenvolvimento social. Cabe lembrar que no contexto latino-americano, as duas Conferências tinham presente a reflexão acerca do contexto de pobreza e injustiça social do continente e a necessidade de que a evangelização promovesse uma mudança na estrutura social. Disto, tem-se a discutida “opção preferencial pelos pobres”. Em Puebla, de forma particular, observou-se como esta realidade atinge as novas gerações e sua capacidade de dinamizar os processos sociais, levando a uma “opção preferencial pelos jovens”, considerando que muitas vezes a juventude é manipulada (Cf. Puebla, Quarta Parte, Cap. II). O fato é que a educação, em suas diversas formas e níveis, não existe isoladamente. Ela faz parte do contexto social em que está inserida. No processo de transformação em vista de uma nova sociedade, a educação tem um importante papel na passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas (Medellín, n. 1). Por isso mesmo, não se deve esperar que a educação estivesse separada do serviço da fraternidade e da justiça social.

A educação tem a incubência de despertar a capacidade crítica das pessoas, condição indispensável para a renovação da sociedade, e a capacidade de ver, não apenas o fato, mas as causas reais e sociais da injustiça que impede a fraternidade (Puebla, n. 1029). O objetivo principal dessa educação libertadora, para a justiça, consiste no esforço em despertar a consciência a fim de reconhecer as situações que devem ser transformadas; ser uma experiência concreta, continuada e pluriforme de participação e comunhão, vivida na colaboração mútua de pessoas livres; incentivar a criatividade em vista da nova sociedade que buscamos para América Latina. Nesta perspectiva, a educação católica produz os agentes de transformação permanente e orgânica que a sociedade da América Latina requer. Para isso, os bispos latino-americanos recomendam:

- Integrar-se na comunidade local e estar aberta à comunidade nacional e Latino-Americana (Medellín, Educação III, 2-4);
- Promover o diálogo real entre as pessoas, e entre a ciência, a cultura e a fé (Medellín, Educación III, 03.02 / Puebla, n. 1039-1240);
- A educação libertadora deve ser aberta ao diálogo para se enriquecer com os valores que a juventude intui e descobre como válidos para o futuro, e assim promover a compreensão dos jovens entre si e com os adultos (Medellín, Educação II, 1);
- Converter o educando em sujeito e colaborar para que aqueles que hoje não têm voz, porque foram reduzidos ao silêncio, comecem a fazer ouvir suas próprias palavras. Buscar uma educação de base, que não vise somente à alfabetização, mas que o educando se torne consciente de seu desenvolvimento integral. Converter o educando em sujeito, não só de seu próprio desenvolvimento, mas também posto a serviço do desenvolvimento da comunidade: educação para o serviço (Puebla, n. 1030).

Com essas características, inspirando-se em Jesus Cristo que é a verdade, e anunciando-o explicitamente, a educação se tornará evangelizadora, e, portanto libertadora. A educação evangelizadora assume e completa a noção de educação libertadora, porque deve contribuir para a conversão do ser humano total, orientando-o radicalmente para a genuína libertação cristã, que torna o ser humano acessível à plena participação no mistério de Cristo ressuscitado, isto é, à comunhão filial com o Pai e à comunhão fraterna com todos os seres humanos, seus irmãos.

Urge uma verdadeira formação cristã sobre a vida, envolvida nas dimensões do ser humano, que corrija os desvios de certas informações que se recebe na sociedade e, até mesmo na escola; uma educação para a liberdade, um dos valores fundamentais da pessoa. É também necessário que a educação católica se preocupe em educar para o trabalho, para o convívio na sociedade plural, para a autonomia no pensar e para o protagonismo, especialmente nas circunstâncias da cultura atual.

Evangelização e processo educativo

Na ação da Igreja, ocupa lugar prioritário a “evangelização”, a ser entendida como o testemunho e anúncio da verdade salvífica e dos Valores correspondentes ao Projeto de Deus. A visão de Evangelização, Pastoral e Reino de Deus está intimamente relacionada com a Igreja, como comunidade daqueles e daquelas que, tendo acolhido o dom da fé cristã, assumem os compromissos batismais, vivem a filiação divina e a fraternidade evangélica e cooperam com Deus no estabelecimento do Santo Reino, mediante a palavra, o testemunho de comunhão fraterna e a ação (diálogo e serviço) na família, no trabalho e nas tramas da sociedade.

Dentro deste referencial compreende-se o papel da educação, pois esta é com certeza a estratégia definida pela sociedade para conduzir cada indivíduo a desenvolver seu potencial criativo, e a capacidade dos indivíduos de se engajarem em ações comuns, mas ressignificando esta relação. O processo de evangelização implica colocar-se ao lado da vida, da esperança, o superar a dicotomia entre o saber e o fazer, que prevalece no mundo chamado de “civilizado”, como consequência dos paradigmas da ciência moderna criada por tantos “homens de ciência”, que penetrou em nossas ações pastorais.

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade”... chegar a atingir e como que modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação (*Evangelii Nuntiandi*, n. 18).

Neste sentido, a Escola Católica é como instituição, um espaço da Evangelização na educação, se constitui como um espaço de reflexão e apoio para a atuação evangelizadora dos educadores cristãos. É a

escola, em seu todo, que deve assumir a Evangelização da Educação, o que exige uma revisão e um redimensionamento da estrutura, da organização, dos conteúdos e da metodologia da instituição como tal. Essencialmente evangelizar consiste no anúncio de Jesus Cristo: que encarnou, morreu e ressuscitou para nos salvar, como “Boa-Nova” do Reino e sinal do amor salvífica e libertador de Deus para com o mundo, presença vitoriosa. A atuação da ação evangelizadora da Igreja realiza hoje a missão de Jesus (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1995, nn. 64-68).

Tal processo tem por finalidade precisamente a mudança interior. A Igreja, através de sua ação, procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos seres humanos, a atividade em que eles se aplicam a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Assume, assim, o desafio de modificar, pela força do Evangelho, os critérios de julgar, os valores que contam os centros de interesses, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação (PAULO VI, 1975, nn. 17-19). No entender de Paulo VI, em sua exortação *Evangelii Nuntiandi*, todo aquele que é evangelizado assume o compromisso de evangelizar, pois se torna inconcebível uma pessoa que tenha acolhido a Palavra e se tenha entregado ao Reino sem se tornar testemunha e agente transformador, através da ação e do anúncio desta proposta.

A ação evangelizadora da Igreja inspira-se no Bom Pastor, já que nele a própria Palavra se fez Evangelho em ação. Nele não há distância e muito menos separação entre palavra e ação, já que o seu agir libertador vem confirmado e explicitado pela sua pregação. A sua Palavra adquire vigor profético nos seus gestos que mostram a presença real do Reino de Deus. Neste sentido, o modo mais completo e perfeito de evangelizar é o testemunho da fé na vida. Por isso, evangelizar torna-se significativo e desafiador, pois aqueles que aderem a tal proposta devem reescrever o Evangelho com sua própria

vida, de tal forma que neles se reconheça que Deus continua a sua obra de salvação no mundo. A presença da Igreja no mundo deve ser expressa com sinais e gestos proféticos, que indiquem a vitória do Reino de Deus sobre as potências que destroem o homem, assim como se realizou em Jesus, o Cristo (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1995, nn. 68-74).

A Escola Católica, assumindo tal missão, deve ter um projeto educativo (um planejamento) inspirados no Evangelho, refletido e assumido por todos. Enquanto espaço de liberdade, tem como uma de suas dimensões fundamentais a expressão dos valores evangélicos, praticados, intuídos e aceitos. Significa também que, se a escola é o lugar de liberdade, é normal que a Pessoa e o Evangelho de Jesus Cristo sejam anunciados explicitamente, embora considerando a consciência de todos.

Para tal, a escola é chamada a crescer na leitura e no aprofundamento da Palavra de Deus e dos ensinamentos da Igreja e na celebração da Eucaristia e dos demais sacramentos. Ao culto divino, une-se o compromisso de colaborar na edificação do Reino de Deus. Em seguida, é importante ressaltar que o serviço e a atuação direta dos cristãos na sociedade são motivados pela caridade evangélica, unindo as pessoas de boa vontade, empenhando-se a fim de que a convivência entre os povos seja marcada pela solidariedade, justiça e paz. É pertinente aos seguidores de Cristo o diálogo fraterno e constante com todos, oferecendo os valores evangélicos, a partir da própria identidade, e recebendo dos demais os sentimentos e exemplos de vida que refletem a ação de Deus em seus corações.

Por fim, cabe à Escola Católica o anúncio da mensagem sempre nova do Evangelho de Jesus Cristo, que revela a todos o amor gratuito e misericordioso de Deus. Daí nasce à exigência de viver sempre mais este dom, superando os bloqueios que dificultam que, individual e comunitariamente, se possa assumir verdadeiramente o papel de uma real evangelização em neste contexto (MENDES, 1997, 3, 1).

Escola em pastoral

Tendo em vista a desafiadora missão e o contexto social em que esta deve acontecer, a expressão “Escola em Pastoral” visa exatamente propor e assumir a atitude evangelizadora como dinamismo para todas as atividades da Escola. Atitude evangelizadora implica diferentes formas do cuidar e servir, a partir do mandamento do “amor ao próximo” conforme viveu e ensinou Jesus. “No projeto educativo da Escola católica, é Cristo o fundamento. Ele revela e promove o sentido novo da existência e transforma-a, isto é, a pensar, querer e agir segundo o Evangelho, fazendo das bem-aventuranças a norma da vida” (A Escola Católica, n. 34).

De um modo ou de outro, toda a atividade escolar é um gesto de cuidado e serviço. A questão proposta diz respeito ao espírito com que se entra nessas e noutras relações. Os interesses e emoções são inevitáveis e mesmo necessários nas atividades humanas. Por isso, com certa facilidade ocorre uma oscilação entre centrar em si ou nos outros o foco de interesses. Sem um idealismo ingênuo a este respeito, espírito cristão entra com uma proposta de qualidade quanto ao que conduz o agir. O conceito de escola em pastoral se torna importante para selar o compromisso de que todas as atividades da escola estejam marcadas, a seu modo, pela espírito de cuidado e serviço, conforme o Evangelho. Este compromisso geral supõe implementações concretas, para não se tornar uma simples aspiração ou apenas aparência. É preciso ter efetividade e explicitação.

Pode-se definir a escola como o conjunto orgânico de estruturas educacionais necessárias para levar à prática um projeto educativo integral, em determinados níveis evolutivos da pessoa (HOY; MISKEL, 2015, 247-248). Quando este projeto educacional assume uma intenção global claramente evangelizadora e sob uma perspectiva eclesial, então falamos de “escola católica”. Porém este projeto educacional evangelizador só se sustenta se estiver apoiado e impulsionado por uma comunidade cristã.

É bem verdade que os componentes curriculares têm objetivos predeterminados. Este é um desafio real para a educação de pessoas com senso crítico e capacidade construtiva da vida. Há uma exigência de mercado e um investimento significativo para o trabalho com conteúdos exigidos para os exames e vestibulares. Isto muitas vezes prejudica a tarefa de educar para construir valores éticos e morais e anunciar o Boa Nova do Reino, nesse aspecto, a escola católica corre o risco de ter a mesma postura de escolas que se guiam simplesmente questões econômicas e pelo jogo de interesses particulares. Fica o desafio de ensinar competências e educar para uma liberdade crítica.

O Projeto Evangélico é uma proposta de atirar ao longe o olhar, em vista a procurar delinear e orientar o percurso para um horizonte da atuação dos diversos segmentos que formam uma comunidade educativa. Um Projeto Político não deve e não pode ter a perspectiva de refrear a criatividade e a possibilidade de mudança de estratégias que favoreçam o núcleo central, ou seja, o anúncio da proposta de Jesus, o Cristo. A escola, para caracterizar-se como católica, precisa de Projeto Político Evangelizador, o que ocorre no momento em que, sobretudo o corpo diretivo, o assumir plenamente e o subsidiar como um referencial para a educação.

Este projeto educativo deve cumprir-se na comunidade escolar, da qual fazem parte todos àqueles que são diretamente ligados a ele: os professores, a direção administrativa e auxiliar, os genitores, figuras centrais, uma vez que naturais e insubstituíveis educadores dos próprios filhos, e os estudantes, coparticipantes e corresponsáveis como verdadeiros protagonistas e sujeitos ativos do processo educativo. Estes sujeitos que integram a realidade escolar se apresentam nela com diferentes concepções e interesses, o significa um potencial de inovação, ao mesmo tempo que levanta uma questão de qualidade diante dos valores e princípios assumidos para guiar a escola católica. Entre os próprios membros da direção, por exemplo, podem entrar concepções empresariais que se distanciem das

diretivas básicas da escola. É inevitável e justo que professores e funcionários, de modo geral, tragam seus próprios interesses para suas atividades empregatícias na escola. Os pais e estudantes também podem estar focados na excelência acadêmica sem darem-se conta dos valores e concepções que permeiam a ação educativa. Para todos, persiste a necessidade de um alinhamento mínimo com os ideais da instituição que integram.

Para assumirem tais valores, é mister que conheçam a proposta educativa da Escola Católica e da instituição mantenedora que também tem sua forma específica de colocar em prática a missão evangelização da escola. Nisto precisam de ajuda e cuidado. Aqui entra em cena a pastoral escolar que se coloca como instância de serviço. Os estudantes, naturalmente, trazem consigo uma gama ainda maior de necessidades de ajuda, pelo maior número que representam, pelo processo educacional em que se encontram, pela rede de relações de que participam, a começar por seus familiares, colegas de escola, professores e funcionários e a inimaginável rede virtual de contatos.

Ao abrirmos à dimensão cristã e assumindo o compromisso do testemunho comunitário, a comunidade escolar torna-se comunidade evangelizadora, proporcionando aos seus membros uma experiência de vida cristã, indispensável para despertar e conservar a fé. Nada se pode esperar da evangelização escolar sem o autêntico testemunho da comunidade escolar.

Para responder de forma diferenciada à comunidade as atitudes e atividades evangelizadoras da comunidade escolar, como serviço aos estudantes, devem ser unificadas tendo em vista uma finalidade específica: a educação de uma fé comprometida (A escola católica, nn. 6; 47 e 61.). Como Cristo viveu em plenitude a realidade humana, assim cada homem é também chamado a viver, em Cristo, a sua própria realidade. Isso implica uma permanente conversão a uma vida de comunhão plena. Para aí é que converge a evangelização libertadora (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1974, 31).

Desafios

Em um mundo plural, em contínua mudança, realizar sua missão específica torna-se um constante desafio. É preciso nesse processo ter claro que a escola está marcada pela rapidez das mudanças como também o estão às instituições e as organizações sociais de toda espécie. Estranho seria se a escola católica ficasse à margem de todo movimento contemporâneo e das idéias que modificam a ordem das coisas, definem condições de existência, “mudando a vida” dos homens e das sociedades. É preciso até acrescentar que, em razão de sua dupla inserção na comunidade cristã e na comunidade nacional, a escola católica vê refluir para ela todas as contradições que atingem hoje estas duas comunidades.

A Escola Católica é um espaço de Igreja, portanto espaço de evangelização. Realizar tal ação implica em considerar a contradição existente entre indiferenças religiosas com um movimento crescente de desejo do transcendente. Surge a necessidade de uma redescoberta da dimensão de fé na própria vida, que possa alimentar sustentar a esperança em um projeto proposto por Jesus a todos e em todos os tempos. Neste contexto, de pluralismo religioso, a escola confessional assume a tarefa de contribuir na formação para o diálogo em meio às diferenças, sobretudo, neste momento significativo da história em que as instituições são desafiadas a repensar sua atuação num mundo plural.

Especificidade não quer dizer exclusividade. Uma mesma linha de valores e atitudes pode ser assumida por diferentes grupos religiosos com nuances de enfoques e diferentes formas de propor. É importante manter tal consciência em vista de abertura para a percepção dos pontos de união, em meio às diferenças, e para somar esforços na direção dos mesmos sentidos e princípios partilhados na pluralidade. A atitude de abertura é inclusive uma fonte de crescimento, de autocrítica e de imaginação criativa.

Não exclusividade não quer dizer renúncia à própria identidade. A abertura e respeitosa interação diante das diferenças determinam atitudes que não devem representar renúncia à própria identidade católica. Isto seria contraditório com o princípio de respeitar as diferenças, o que significa também se respeitar. A qualidade da relação está na forma com que se estabelecem as interações. Será fundamental explicar os sentidos e significados básicos dos símbolos de sua identidade, com a abertura para se perceberem os pontos de encontro de tais sentidos em outras expressões humanas, religiosas ou não. Para evitar equívocos, as celebrações sem a decidida participação de denominações não católicas, convêm não serem declaradas de ecumênicas ou como inter-religiosas. Tais celebrações exigem um preparo adequado, e mesmo neste caso, a identidade católica estará ali expressa como espaço que promove e acolhe.

Outro elemento desafiador são as questões éticas e sociais. A realidade latino-americana, e nela a especificamente brasileira, se desenha cheia de desigualdades e contradições éticas que desafiam os ideais democráticos, valores humanitários fundamentais e critérios éticos solidamente sustentados pelo cristianismo. A escola em pastoral, ao assumir sua missão evangelizadora nesse ambiente repleto de contrastes, começa pela decisão de empreender e sustentar um ambiente ético, de valores cristãos, que se fazem presentes no projeto pedagógico, nas relações, planejamentos e no conjunto da vida escolar. Portanto, é preciso operacionalizar uma proposta educativa, explicitando a visão cristã de educação que supõe uma determinada concepção do ser humano, da cultura, da sociedade e da história, em que a pessoa humana assume um valor inquestionável e a sociedade é pensada na linha da justiça, da solidariedade e da igualdade fundamental.

Na perspectiva da educação cristã, a liberdade é a marca de que a atividade humana é capaz de transcender os limites de ordem material, corporal, sexual, psicológica, social, econômica e cultural

que envolve as pessoas. Somos capazes de nos assumir pela liberdade, transcendendo todos os condicionamentos, para dar um novo sentido às nossas atividades e, por conseguinte, à vida. É claro que tal processo de auto realização ou de libertação é longo e difícil. Ele começa pela tomada de consciência de um sentido transcendente que leva o ser humano a se posicionar, como indivíduo e como membro de uma sociedade, diante dos valores que superam os condicionamentos materiais e temporais da existência, apontando para o mistério da própria vida, em última instância para o mistério de Deus.

Assim, o processo educativo na escola católica se preocupa e se esforça, através de suas convicções e recursos, para desenvolver uma educação em favor do ser humano em suas diferentes dimensões de personalidade e convivência.

Considerações

A educação está a serviço do “aprender”, que se radica na liberdade, passa pela libertação da pessoa e culmina na abertura a uma ordem social humanizadora. É possível dizer que é através dessa abertura que o ser humano transcende a si mesmo e descobre o Ser Supremo que dá sentido à sua existência e, ao estabelecer com Ele uma relação vital, aprende a lhe ser fiel em todos os momentos da sua existência e de sua atividade. Portanto, diante dessa linha de reflexão, propõe-se que a escola, de forma específica a escola católica, ofereça a seus estudantes a possibilidade da experiência de uma realidade superior a eles mesmos, de forma decisiva para sua realização mais plena e uma nova forma de relacionar-se com seus pares.

Quando se fala da educação na perspectiva cristã, referimo-nos explicitamente à opção por uma ética do respeito ao outro, do diálogo e da fraternidade, acentuando o caráter comunitário e, portanto o relacionamento social como fator básico do processo educativo. Ao pensar a escola como um todo, no seu cotidiano, compete a todos

os seguimentos encaminhar as crianças e os jovens para o respeito mútuo, despertando-lhes a atenção e a estima pelos direitos humanos, pela prática da justiça e pelo cumprimento do dever, sensibilizando-os para as exigências de uma fraternidade universal e concreta (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1992, nn. 54-58 e 66-69.).

Para tal, a Igreja, na América Latina, propõe aos educadores cristãos a organização de uma educação que:

- humanize e personalize o homem, para nele criar o lugar onde possa revelar-se e ser escutada a Boa-Nova;
- integre a dinâmica do cotidiano educativo no processo social latino-americano, impregnado por uma cultura radicalmente cristã, na qual coexistem valores e contra valores, luzes e sombras e que, por isso, necessita ser constantemente reevangelizada;
- exerça a função crítica, própria da verdadeira educação, procurando regenerar permanentemente, do ponto de vista da educação, os princípios culturais e as normas da integração social que possibilitem a criação de uma nova sociedade, mais fraterna. Ou seja, uma educação para a justiça, em que o educando seja, de fato, o sujeito, não só do seu desenvolvimento, mas também o despertando para o serviço do desenvolvimento da comunidade.

Enfim, para ser coerente com os princípios da fé, uma escola que se define como católica deve empenhar-se por oferecer uma educação evangélico-libertadora que inclua, junto com a capacitação técnica e científica de qualidade, a formação para a solidariedade humana, o incentivo para o cumprimento dos próprios deveres e a promoção dos direitos de todos, desabrochando em verdadeira fraternidade e abertura à transcendência e os valores do Reino de Deus.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS CATÓLICA. Educação e evangelização (Subsídios para Puebla). Rio de Janeiro: mimeo, 1978.
- BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes da Educação Nacional.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998 (Documento n. 54). São Paulo: Paulinas, 1995..
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Educação, Igreja e Sociedade (Documento n. 47). São Paulo: Paulinas, 1992.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Igreja e educação, perspectivas pastorais (Estudos n. 6). São Paulo: Paulinas, 1974.
- CONGREGAÇÃO DA EDUCAÇÃO CATÓLICA. A Escola Católica. Vaticano: Vaticano, 1977.
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA Orientações educativas sobre o amor humano (Linhas gerais para uma educação sexual). Vaticano: Vaticano, 1983
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. Diretório Geral para a Catequese”. São Paulo: Paulinas, 1997.
- CONSELHO PONTIFÍCIO DA CULTURA. Para uma pastoral da cultura. São Paulo: Paulinas, 1999.
- EPISCOPADO LATINOAMERICANO. II Conferencia Episcopal Latinoamericana (Medellín) – Educación II, in: “Documentos Pastorales”. La Florida: San Pablo, 1968.
- EPISCOPADO LATINOAMERICANO. III Conferencia Episcopal Latinoamericana (Puebla), in: “Documentos Pastorales”. La Florida: San Pablo, 1979.
- HOY, W.; MISKEL, C. Administração Educacional: teoria, pesquisa e prática. 9a. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill Education/Penso, 2015.
- JOÃO PAULO II (1983). Código de Direito Canônico (Codex Iuris Canonici). São Paulo: Loyola.

- MENDES, L. Estamos a caminho, in: “Boletim AEC – RJ” 16 (1997) 3, 1
- MESQUIDA, P. Hegemonia Norte-americana e Educação Protestante no Brasil. S. Bernardo do Campo. Editeo, 1994.
- PANINI, J.. Pastoral da Educação – Urgente apelo de nossos pastores. Brasília: AEC, 1997.
- PAULO VI. Exortação Apostólica sobre a Evangelização no mundo contemporâneo – Evangelii Nuntiandi. São Paulo: Paulinas, 1975.
- VIESSER, L. Um paradigma didático para o Ensino Religioso. Petrópolis: Vozes, 1985.

Recebido em: 26/11/2016

Aprovado em: 30/05/2017

As estruturas retóricas paulinas em traduções em português: um estudo de 1 Coríntios 1,17-25

The Pauline rhetorical structures
in translations in Portuguese:
a study of 1Corinthians 1,17-25

*Vicente Artuso**
*Vera Lúcia Membrive Casagrande***
*Fabrizio Zandonadi Catenassi****

Resumo: O objetivo deste trabalho foi conduzir uma análise estilístico-literária de 1Cor 1,17-25, focalizando os elementos retóricos e orais desse discurso paulino, bem como investigar a forma com que algumas versões da Bíblia em português interpretam esses elementos. Apresentou-se a tradução e uma análise linguístico-sintática de 1Cor 1,17-25, o contexto literário e a delimitação do texto. Então, realizou-se a análise estilístico literária. Paulo era conhecedor da retórica grega ao usar a diatribe, a linguagem da controvérsia e ao jogar com perguntas retóricas para tornar o discurso mais convincente. Nesse artigo, observou-se que, para algumas traduções, em certos detalhes, a retórica de Paulo é um tanto atenuada quanto

* Doutor em Teologia Bíblica pela PUC-Rio. Professor no Mestrado e Doutorado em Teologia pela PUCPR.

** Mestra em Teologia (PUCPR), doutoranda em Teologia (PUCPR).

*** Mestre em Teologia (PUCPR), doutorando em Teologia (PUCPR – bolsista CNPQ). Professor de Sagrada Escritura e coordenador da pós-graduação em Teologia Bíblica na Católica SC.